

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

# SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim Informativo

# Índice

07	<b>MP e SSP cumprem mandados de busca contra suspeitos de apoiar fuga da polícia militar</b>
08	<b>Reuniões entre MP e secretarias estaduais discutem projetos estratégicos de desenvolvimento social</b>
09	<b>Operação Hybris é deflagrada contra grupo miliciano da região de Feira de Santana</b>
10	<b>MP da Bahia sedia reunião ordinária do Grupo Nacional de Execução Penal</b>
11	<b>Gerenciamento de crise no sistema prisional é tema de debate durante reunião ordinária do Grupo Nacional de Execução Penal</b>
12	<b>PGJ recebe Anistia Internacional e familiares de Pedro Henrique e presta informações das investigações do caso</b>
13	<b>MP realiza visita técnica no Conjunto Penal Feminino de Salvador</b>
14	<b>MPBA debate política de recuperação de ativos em visita ao MP mineiro</b>
15	<b>Micareta de Feira: Festa chega ao último dia oficial sem registros de casos graves de violência</b>
16	<b>Reunião interinstitucional apresenta medidas em andamento para redução da letalidade policial</b>
17	<b>MP participa de reunião para discutir avanços da implementação de penas alternativas em municípios da Bahia</b>
18	<b>MP firma acordo com Instituto Fogo Cruzado para compartilhamento de informações sobre violência armada na Bahia</b>
19	<b>Ações voltadas ao fortalecimento da segurança pública são apresentadas no MP</b>

# Índice

20	<b>Operação Controle: Líderes de facções criminosas de Feira de Santana são transferidos para presídio de segurança máxima</b>
21	<b>MP e Polícia Civil deflagram operação contra organização criminosa no interior</b>
22	<b>'Operação Premium Mandatum' atinge sete líderes de facções</b>
23	<b>Policial é preso suspeito de envolvimento com grupos de extermínio e jogos de azar</b>
24	<b>Combate à sonegação fiscal será reforçado para devolver R\$ 214 milhões aos cofres públicos estaduais em 2024</b>
25	<b>MP e integrantes do sistema de Segurança Pública debatem enfrentamento às facções criminosas na Bahia</b>
26	<b>Operação atinge principal líder de facção criminosa de tráfico de drogas da Região Metropolitana de Salvador</b>
27	<b>Operação desarticula líder de facção que se comunicava do presídio</b>
28	<b>Projeto de inteligência artificial do MP otimizará atuação de combate ao tráfico de drogas</b>
29	<b>PGJ participa de reunião que institui programa “Bahia Pela Paz”</b>
30	<b>Sangue Oculto: operação investiga envolvimento de policiais na morte de oito pessoas em Itatim</b>
31	<b>Operação Torre: Líderes de facções criminosas são transferidos para presídio de segurança máxima de Serrinha</b>

# Índice

32	<b>Audiência pública debate minuta de Plano Municipal de Segurança Pública de Camaçari</b>
33	<b>Ministério Público e Polícia Militar debatem segurança pública e atuação policial</b>
34	<b>Pioneiro no país, Cira já recuperou R\$ 560 milhões para a Bahia e adota novas estratégias de combate à sonegação</b>
35	<b>MP, Receita Federal e Seap implementam projeto de ressocialização em unidades prisionais baianas</b>
36	<b>Projetos de segurança pública e desenvolvimento humano marcam 100 dias de gestão no MP</b>
37	<b>"Operação Sísifo": segunda fase é deflagrada para desarticular esquema criminoso no Conjunto Penal de Feira de Santana</b>
38	<b>MP e PM firmam termo de cooperação para implementar sistema de comunicação com a Corregedoria Militar</b>
39	<b>PGJ participa de reunião com secretário nacional de Segurança do Ministério da Justiça</b>
41	<b>Zanin vota para que Coaf possa compartilhar dados com polícia e MP sem autorização judicial</b>
42	<b>PI: Roubo de celular cai 44% após ação da polícia recuperar 6.000 aparelhos</b>
43	<b>AGU e Ministério da Justiça e Segurança Pública pedem ao CNJ estabelecimento de critérios para saída temporária e exame criminológico</b>
44	<b>AGU e MJ defendem critérios para conceder saída temporária a presos</b>

# Índice

45	<b>Comissão aprova arma para policiais legislativos nos estados</b>
46	<b>CNJ e Ministério da Justiça formam comitê para enfrentar violação de direitos no sistema prisional</b>
47	<b>Lewandowski propõe incluir Sistema Único de Segurança na Constituição</b>
48	<b>PUBLICADA LEI Nº 14.727 DE 28 DE MAIO DE 2024</b>
49	<b>Polícia baiana apreendeu 17 armas por dia e 26 fuzis em 2024</b>
50	<b>Atlas da Violência: Salvador é a capital mais violenta do país; Bahia lidera ranking de estados</b>
51	<b>A PRF sediou em Salvador (BA) o 3º encontro do Grupo de Trabalho para estabelecer a Diretriz Nacional de Uso da Força na Segurança Pública.</b>
52	<b>São Pedro no Parque de Exposições termina sem registro de crime grave</b>
53	<b>Brasil e Portugal assinam declaração de cooperação na área de segurança pública</b>
54	<b>Werner: "Hoje temos mais de 1.300 câmeras em funcionamento no estado"</b>
55	<b>Expediente</b>



# Notícias do MP

---

MP/BA e CNMP



# MP e SSP cumprem mandados de busca contra suspeitos de apoiar fuga da polícia militar



A ação é um desdobramento da 'Operação Salobro' e foi realizada pelo Ministério Público da Bahia (MPBA), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) e do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP), e pela Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio da Força Correicional Especial Integrada da Corregedoria Geral (FORCE), do Batalhão de Choque e da Corregedoria da Polícia Militar (CORREG). Os mandados foram cumpridos nos municípios de Feira de Santana e Itaberaba.

Conforme as investigações, a fuga de Diego Kollucha teria sido planejada e tido o auxílio direto dos suspeitos, entre eles um policial militar (lotado no 11ºBPM - Chapada diamantina). O soldado fugitivo foi recapturado no dia 29 de março em Feira de Santana, para onde teria se deslocado por meio de apoio logístico e operacional dos investigados. O cumprimento dos mandados tem o objetivo de obter mais elementos probatórios da efetiva participação dos alvos.

No dia da fuga, Kollucha se encontrava preso cautelarmente no Batalhão de Choque, por responder a processos criminais por homicídios cometidos nos municípios de Santo Estevão e Saubara. Ele também é investigado por crimes de extorsão mediante sequestro e de integrar organização criminosa, acusações realizadas como desdobramentos da 'Operação salobro', que investiga a participação de PMs em milícias na região de Santo Estevão.



Seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã desta quinta-feira, dia 4, contra cinco suspeitos de envolvimento na fuga do PM Diego Kollucha no último dia 27 de março, do presídio do Batalhão de Choque, em Lauro de Freitas. Durante o cumprimento, dois parentes dos investigados foram presos em flagrante por posse ilegal de armas. Foram apreendidos talões de cheque, munição, armas, documentos, celulares, chips e cartões de memória.

# Reuniões entre MP e secretarias estaduais discutem projetos estratégicos de desenvolvimento social



O Ministério Público estadual realizou, na última semana, reuniões técnicas com as Secretarias estaduais de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) e de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), nas quais foram discutidas ações e medidas para convergência de projetos estratégicos do MP e do Governo do Estado que visam à promoção de políticas públicas de segurança pública e de desenvolvimento humano na Bahia. Foi debatido como compatibilizar as propostas, metodologias e objetivos do projeto 'Raízes da Cidadania' do MP, que está em fase de implementação, e dos programas estaduais 'Bahia Sem Fome' e 'Bahia Pela Paz'.

As reuniões foram realizadas com a presença da Secretária Fabya Reis (Seades) e do Secretário Felipe Freitas (SJDH). Pelo MP, participaram o gerente do 'Raízes da Cidadania' e Coordenador de Direitos Humanos (CAODH), Promotor de Justiça Rogério Queiroz; os Coordenadores das áreas de Saúde (CESAU), Promotora de Justiça Rocio Matos; da Criança e do Adolescente (CAOCA), Promotora de Justiça Ana Emanuela Rossi; da Segurança Pública e Defesa Social (CEOSP), Promotor de Justiça Hugo Casciano; Criminal (CAOCRIM), Promotor de Justiça Adalto Araújo; Cível, Promotora de Justiça Aurivana Braga; o assessor de Gabinete Celso Sant'Anna; o Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP),

Promotor de Justiça Edmundo Reis; a secretária-executiva da Gestão Estratégica (CGE) Ana Carla Martins; além de outros servidores do MP e das secretarias. Nos encontros, foram apresentados detalhes do 'Bahia pela Paz', cujo projeto de lei está na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), e as ações desenvolvidas pelo Estado e resultados nas áreas de proteção social, política de redução de dano, segurança alimentar e nutricional.

O 'Raízes da Cidadania' foi concebido e alinhado a dois dos três principais pilares da agenda de atuação do MP para os próximos dois anos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, e perpassa cinco áreas de atuação institucional: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

[Matéria veiculada em 08/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Operação Hybris é deflagrada contra grupo miliciano da região de Feira de Santana



Cinco policiais militares, entre eles um tenente-coronel, foram alvos de mandados de busca e apreensão na manhã desta terça-feira, dia 9, durante a deflagração da 'Operação Hybris', que investiga organização criminosa especializada na lavagem de dinheiro do jogo do bicho, agiotagem, extorsão e receptação qualificada em Feira de Santana e cidades circunvizinhas, na Bahia. Uma mulher, esposa do chefe da facção criminosa, foi presa preventivamente. No total, foram cumpridos 17 mandados de busca e um de prisão preventiva. A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 4 milhões das contas bancárias dos investigados, além da suspensão das funções públicas dos PMs. A decisão foi expedida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Feira de Santana.

A operação foi deflagrada em conjunto pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO); Polícia Federal; Receita Federal e pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), por meio da Corregedoria (COGER) e da Força Correcional Especial Integrada (FORCE). E contou também com o apoio do Grupo de Pronto Intervenção da Polícia Federal (GPI).

Segundo as investigações, a organização criminosa seria chefiada por um parlamentar, que foi alvo de busca e apreensão e bloqueio de bens durante a operação 'El Patrón', deflagrada no dia 7 de dezembro de 2023. As investigações apontaram ainda que os policiais integram o braço armado do grupo miliciano, sendo responsáveis pela segurança das atividades ilícitas desenvolvidas pelo grupo criminoso, além de ocultarem a propriedade de bens e dissimularem valores decorrentes de infrações penais. Além disso, apurações da Receita Federal revelaram inconsistências fiscais dos investigados, movimentação financeira incompatível, assim como a propriedade de bens móveis e imóveis não declarados e indícios de lavagem de dinheiro.

Participaram da operação cerca de 200 policiais federais e estaduais, além de 13 auditores-fiscais, analistas tributários da Receita Federal e promotores de Justiça do Gaeco baiano. A investigação continuará para apurar eventual participação de outras pessoas. Se condenados pelos crimes cometidos, os investigados poderão cumprir penas máximas que, somadas, podem ultrapassar 50 anos de reclusão.



# MP da Bahia sedia reunião ordinária do Grupo Nacional de Execução Penal

Foi iniciada hoje, dia 15, no Ministério Público do Estado da Bahia, a primeira reunião ordinária de 2024 do Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPJ). O encontro reúne membros dos MPs Estaduais, Federal, do Trabalho de diversos estados e tem o objetivo de discutir e elaborar projetos e instrumentos relacionados ao sistema prisional, à prevenção ao crime no âmbito desse sistema, a políticas públicas para a integração social de condenados e ao aprimoramento da gestão penitenciária.



O Presidente da Comissão do Sistema Prisional, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Jaime Miranda, participou da abertura da reunião e destacou a importância da participação do CNMP no GNEP, reforçando que o MP brasileiro precisa apresentar resultados mais consistentes para a sociedade. O conselheiro discorreu sobre a tutela coletiva da execução penal, apresentando a Resolução nº277/2023 do CNMP e a atualização dos formulários de fiscalização do sistema prisional. Ele assinalou que a resolução é um modelo mais efetivo, que busca a adoção de atividades conjuntas e integradas entre os ramos do MP da União e as unidades dos MPs estaduais e atividades conjuntas e integradas com os órgãos externos ao MP. Também integraram a mesa de abertura o Chefe de Gabinete do MP da Bahia, Promotor de Justiça Fabrício Patury, que desejou uma ótima reunião a todos; o Coordenador do GNEP, Cezar Augusto Ramaldes Santos; o Promotor de Justiça que é membro do GNEP e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal do MP da Bahia (GAEP), Edmundo Reis; a Secretária do GNEP, Viviane Partelli Pioto; o conselheiro Nacional de Justiça, João Paulo Schoucair; e o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp), Promotor de Justiça Hugo Casciano.

A presidente do GNEP, Procuradora-Geral de Justiça do MP do Espírito Santo, Luciana Andrade, participou da reunião por videoconferência e assinalou a importância da ação conjunta, entre CNMP, CNJ, GNEP e outros colegiados, para mudar a história de forma mais rápida. O Promotor de Justiça João Paulo Schoucair ministrou palestra sobre o 'CNJ e as alterações normativas no processo penal'. Ele ressaltou a complexidade e extensão do processo penal brasileiro, lamentou a baixa resolutividade e frisou que é preciso modernizar os mecanismos de atuação, com o uso das tecnologias, para se combater a criminalidade.



# Gerenciamento de crise no sistema prisional é tema de debate durante reunião ordinária do Grupo Nacional de Execução Penal

A primeira reunião ordinária de 2024 do Grupo Nacional de Execução Penal (GNEP), do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), discutiu hoje, 16, o tema 'Gerenciamento de crise no sistema prisional'. O tema foi apresentado pelo Promotor de Justiça Edmundo Reis, que é membro do GNEP e coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal do MP da Bahia (GAEP). O encontro, que começou ontem, dia 15, na sede do Ministério Público estadual, visa aprofundar a troca de informações e a integração da atuação ministerial relacionada ao sistema prisional brasileiro e às políticas públicas para garantia dos direitos dos presos.



“Nesse primeiro ano de atuação do GNEP, já observamos fluxos efetivos de atuação através de encaminhamentos feitos por cada MP brasileiro. O tema da execução penal é muito caro para a sociedade brasileira, então essas reuniões são fundamentais para enfrentar esse problema da execução penal”, destacou o Procurador-Geral de Justiça do MP, Pedro Maia. Ele dividiu a mesa de abertura da reunião com a Presidente do GNEP, Procuradora-Geral de Justiça do MP do Espírito Santo, Luciana Andrade; o assessor especial da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP), Olinto Marcelo Macedo da Silva; a Defensora Pública Larissa Guanaes Mineiro de Macedo; o Promotor de Justiça Edmundo Reis; e a Secretária do GNEP, Viviane Partelli Pioto. Na ocasião, a Presidente do GNEP, chefe do MP do Espírito Santo, Luciana Andrade, se despediu da presidência do grupo e foi homenageada por seus colegas em razão da sua atuação na liderança do grupo. “Estamos trabalhando para mudar a dogmática e a política prisional para os egressos e para aqueles que cumprem medidas em meio aberto no país”, ressaltou a presidente do GNEP. Ela destacou que, no primeiro ano de atuação do grupo, foram aprovados o regimento interno, o planejamento estratégico e o plano de ação, além de enunciados e notas técnicas que foram encaminhadas para aprovação do CNPGE.



O Promotor de Justiça Edmundo Reis falou sobre o papel do MP nos eventos críticos no sistema prisional. Ele ressaltou a importância da criação de grupos de decisão, que definirão a estratégia política de solução das possíveis rebeliões em cada estado, e dos grupos de gerenciamento de crises, que serão constituídos por um órgão de segurança pública com responsabilidade técnica do evento/rebelião. “A crise nas unidades prisionais é uma situação crucial que exige uma resposta especial dos órgãos públicos competentes, em especial do Ministério Público, enquanto instituição com atribuição para o exercício da tutela difusa da segurança pública, controle externo da atividade policial e fiscalização de presídios, quando o quadro de instabilidade não seja isolado ou pontual”, destacou Edmundo Reis.



# PGJ recebe Anistia Internacional e familiares de Pedro Henrique e presta informações das investigações do caso



O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Pedro Maia, recebeu na manhã de hoje, dia 16, representantes da Anistia internacional e parentes do ativista Pedro Henrique Santos Cruz, morto em dezembro de 2018, no município de Tucano, e prestou esclarecimentos sobre as investigações do caso. O chefe do MP informou que uma equipe da Procuradoria-Geral de Justiça irá a Tucano com o objetivo de promover audiência pública para colher mais elementos que possam contribuir com a elucidação do crime. “Registro minha absoluta solidariedade a dona Ana Maria Cruz e seu José de Souza, pais de Pedro Henrique. O MP padece com essa grave situação e encaminharemos uma equipe da Procuradoria-Geral para Tucano”, afirmou o PGJ. Ele propôs que representantes da Anistia componham a comitiva que irá ao município. O procedimento investigatório criminal em andamento no MP, que corre sob sigilo, aguarda o envio de exames periciais pelo Departamento de Polícia Técnica (DPT).

Os resultados das perícias são indispensáveis para a análise e posicionamento final sobre a morte de Pedro Henrique. O MP investiga o caso por meio da atuação conjunta do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP) e da 2ª Promotoria de Justiça de Tucano.

A diretora da Anistia Internacional Jurema Werneck destacou a importância da reunião. “Temos muito apreço a essa audiência, pois é sempre importante a sociedade ter acesso direto à autoridade que cuida dos casos que acompanhamos”, afirmou. No encontro, estiveram presentes os pais e irmãos de Pedro Henrique, representantes da Rede Observatórios de Segurança, do Quilombo Pitanga dos Palmares, do Quilombo Quingoma, parentes da lalorixá Mãe Bernadete e do jovem Davi Fiúza, ambos mortos em ações policiais, e membros das Defensorias Públicas estadual e federal.



Pelo MP, também participaram a Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, Norma Cavalcanti; o Coordenador do Centro de Apoio de Direitos Humanos (CAODH), Promotor de Justiça Rogério Queiroz; o Coordenador de Centro Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (CEOSP), Hugo Casciano; o Coordenador do Grupo de Atuação Especial Operacional de segurança Pública (GEOSP, Promotor de Justiça Ernesto Cabral; Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), Promotor de Justiça Luiz Neto Ferreira; e a Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Criança e do Adolescente (CAOCA), Promotora de Justiça Ana Emanuela Rossi...

[Matéria veiculada em 16/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



## MP realiza visita técnica no Conjunto Penal Feminino de Salvador



O Ministério Público estadual realizou ontem, dia 17, visita técnica no Conjunto Penal Feminino, na Central Médica Penitenciária e no Centro de Observação Penal de Salvador. A visita foi solicitada pela Promotora de Justiça Andréa Ariadna, da 4ª Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Salvador, e realizada por engenheiros civis da Central de Apoio Técnico do MP (CEAT). Os engenheiros Igor Santos e Rubem Correia constataram irregularidades nas construções, que são relativamente antigas e apresentam algumas falhas nos sistemas hidráulico e elétrico. Além disso, foram verificadas algumas questões relacionadas à estrutura física e à higiene dos ambientes.

[Matéria veiculada em 18/04/2024.](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# MPBA debate política de recuperação de ativos em visita ao MP mineiro



O Ministério Público estadual realizou ontem, dia 17, visita institucional às estruturas do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária (CAOET) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). O CAOET do Ministério Público mineiro é referência nacional na área, pioneiro na criação do Comitê Interinstitucional de Ativos (CIRA).

A comitiva baiana foi composta pelo Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Social (CEOSP), Hugo Casciano de Sant'Anna; pelo Coordenador de Segurança Institucional e Inteligência (CSI), Gilberto Costa de Amorim Júnior; pelo Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária (GAESF), Alex Santana Neves; e por representantes da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ-BA). Na oportunidade, foram debatidos o aperfeiçoamento da política de recuperação de ativos e a intensificação da atuação do Ministério Público no âmbito da defesa da ordem econômica e tributária.

Durante a visita, o Promotor de Justiça Hugo Casciano de Sant'Anna reuniu-se também com o titular da Coordenadoria de Planejamento Institucional (COPLI) do MPMG para tratar de políticas de segurança pública implementadas naquele estado e seus resultados práticos.



[Matéria veiculada em 18/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# Micareta de Feira: Festa chega ao último dia oficial sem registros de casos graves de violência

Depois de três dias de festa, a Micareta de Feira de Santana 2024 não registrou até então nenhum crime violento letal Intencional (CVLI), estupro ou lesões corporais graves. O balanço oficial dos dados de Segurança Pública foi apresentado na manhã de hoje, dia 21, em reunião do comando-geral da festa, com representantes de várias instituições, no auditório do Centro Cultural Amélio Amorim. Estiveram presentes o Secretário de Segurança Pública Marcelo Werner; o Comandante-Geral da PM Paulo Coutinho; o Secretário de Justiça e Direitos Humanos Felipe Freitas; a Delegada-Geral da Polícia Civil Heloísa Brito; o Coordenador do Plantão do MP na Micareta, Promotor de Justiça Audo Rodrigues; e a Promotora de Justiça Semiana Cardoso, entre outras autoridades.

Até agora, quase 600 mil pessoas acessaram o circuito Maneca Ferreira, com o maior público registrado ontem, dia 20, com 274 mil foliões. Foram mais de 100 objetos, entre facas, tesouras e outros, recolhidos nos portais de abordagem. Segundo a PM, há seis dias não há registros de CVLIs em toda circunscrição da região leste, como reflexo da operação integrada de segurança na micareta. O Promotor de Justiça Audo Rodrigues apresentou as ações do MP e destacou que, embora os dados sejam muito positivos, é fundamental manter a atenção e o cuidado para eventuais ajustes que se fizerem necessários, com rápido tempo de resposta, para que nenhum fato grave ofusque o brilho alçando pela festa até agora. Ele enfatizou os dados positivos dos atendimentos nas unidades de saúde, mesmo com grande volume de pessoas nas ruas e com duas atrações de peso uma atrás da outra no dia de ontem. Foi um total de 347 atendimentos gerais em 2023 contra 287 em 2024, redução de 17% no mesmo período. "Reuniões como essa são para que pontos específicos de ajustes sejam trazidos para que as correções e melhorias sejam implementadas. Houve redução de todos os índices de violência, mas vale a ressalva que falta pouco mais de uma dia para terminarmos nossas atividades. Vamos fazer vele todo nosso planejamento e Inteligência usados até aqui", destacou o Secretário Marcelo Werner. O Secretário Felipe Freitas observou que houve também redução de ocorrências de violência institucional. "A relação entre as forças de Segurança, as polícias, e a sociedade foi muito mais positiva e próxima", comemorou.

[Matéria veiculada em 21/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Reunião interinstitucional apresenta medidas em andamento para redução da letalidade policial



Medidas e ações que estão em desenvolvimento para redução do número de mortes decorrentes de intervenção policial no estado (MDIP) foram apresentadas e avaliadas na segunda-feira, dia 6, em reunião interinstitucional entre o Ministério Público estadual, Secretaria de Segurança Pública (SSP) e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do MP, no CAB. A SSP apresentou, na ocasião, os resultados parciais do trabalho feito pela Corregedoria-Geral e pelo Grupo de Trabalho interno, instituído em setembro do ano passado, para diagnóstico detalhado das estatísticas de ocorrências e para construção do Plano Estadual de redução de letalidade decorrente de intervenção policial.

Conduzido pelo Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia, o encontro contou com a presença dos Secretários Marcelo Werner (SSP) e Felipe Freitas (SJDH); dos Chefes de Gabinete da SSP e do MP, respectivamente Nelson Gaspar e o Promotor de Justiça Fabrício Patury; do Corregedor-Geral da SSP, Sérgio Mendes; do Superintendente de Inteligência da SSP, Rogério Dourado; dos Coordenadores do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (CEOSP); do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP) e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), respectivamente Promotores de Justiça Hugo Casciano, Ernesto Cabral e Luiz Ferreira Neto, além do assessor especial da SSP, Olinto Macedo e do assessor de Gabinete do MP, Celso Sant'Anna.



Foi apresentado o sistema de informações sobre mortes decorrentes de intervenção policial desenvolvido pela Corregedoria, a partir de um estudo detalhado das principais bases de dados estatísticos, com cruzamento de informações provenientes de boletins de ocorrências, perícias, inquéritos policiais e processos judiciais. Já em funcionamento, o sistema fornece um mapeamento detalhado de casos registrados na Bahia, servindo como instrumento de direcionamento de operações policiais e políticas públicas de segurança pública. Inclusive, tem trazido informações fundamentais para a construção do plano estadual de redução de letalidade policial. Na reunião, que abordou os avanços em relação aos compromissos assumidos no primeiro encontro interinstitucional, em 22 de setembro de 2023, foi apresentado o cronograma de desenvolvimento do Plano, que vem sendo executado como planejado.



# MP participa de reunião para discutir avanços da implementação de penas alternativas em municípios da Bahia



O Ministério Público estadual, por meio do Promotor de Justiça Edmundo Reis, participou na última terça-feira, dia 7, de reunião no Município de Andaraí para discutir os avanços cruciais na implementação de penas alternativas nos municípios da região.

O Promotor de Justiça, que também é coordenador do Grupo de Atuação Especial na Execução Penal e Medidas Alternativas (GAEP), se reuniu com a Prefeita de Lençóis, Vanessa Senna e 28 prefeitos dos municípios integrantes do Consórcio Chapada Forte com o objetivo de discutir a viabilidade e implementação de um Núcleo de Centrais de Alternativas Penais (CEAPA) na região da Chapada Diamantina.

A reunião foi pautada pela cooperação e comprometimento, com os representantes municipais do consórcio, o Ministério Público e a Secretaria de Administração Prisional, unidos para enfrentar questões relacionadas à execução de penas e medidas alternativas na região. “A criação do Núcleo de CEAPA’s na Chapada Diamantina representa um marco importante na busca por uma Justiça que valoriza a reintegração social e o respeito aos direitos humanos”, destacou o promotor de Justiça Edmundo Reis. Foram discutidos ainda diversos aspectos relacionados à implantação e operacionalização do Núcleo de CEAPA’s, incluindo infraestrutura, recursos humanos e articulação com os órgãos governamentais e instituições da sociedade civil. No fim da reunião, ficou agendado para o próximo dia 24 deste mês a realização de uma reunião executiva com a participação de secretários e técnicos dos municípios, designados pelos respectivos

Prefeitos, bem como analistas do GAEP e da Secretaria de Administração Prisional (SEAP), visando esclarecer de forma aprofundada sobre os aspectos técnicos de implantação dos Núcleos de Ceapas, os recursos necessários e o estabelecimento de um plano de ação conjunto com prazos e responsabilidades definidas.

Também participaram da reunião, pela Secretaria de Administração Penitenciária da Bahia e coordenador das Ceapa’s, Nestor José Maria Neto, nas dependências do Consórcio Chapada Forte, presidido pelo prefeito de Andaraí, Eilson Cardoso, também presente na reunião.



[Matéria veiculada em 09/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# MP firma acordo com Instituto Fogo Cruzado para compartilhamento de informações sobre violência armada na Bahia



O Ministério Público estadual firmou ontem, dia 10, um Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Fogo Cruzado para compartilhamento de informações de casos de violência armada na Bahia. Por meio do acordo, os promotores de Justiça que atuam na área criminal terão acesso a um banco de dados com indicadores como tiroteios, balas perdidas e chacinas. “Essas informações vão subsidiar o trabalho dos promotores de Justiça na área de segurança pública, norteando a atuação ministerial para a tomada de decisões assertivas no controle externo da atividade policial”, afirmou o Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia.

Ele complementou que o MP irá empreender esforços para territorializar a atuação do Promotor de Justiça criminal, vinculando-o a uma determinada Área Integrada de Segurança Pública (AISP).

O Instituto Fogo Cruzado produz dados, pesquisa e conteúdos sobre violência armada, incluindo mapeamento de tiroteios e disparos de arma de fogo nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. “Podemos construir um BI direcionado para o MP. Assim, a partir dos dados acerca das ações e operações policiais, os promotores de Justiça poderão monitorar quais são as AISPs com tendência de crescimento na letalidade policial”, destacou a Diretora de programas do Instituto Fogo Cruzado, Maria Isabel Couto. Com o acordo, os Promotores de Justiça criminais poderão acompanhar, em tempo real, todos os levantamentos de ocorrências de violência armada no Estado, permitindo que sejam monitoradas as unidades policiais com maior incidência de letalidade policial.



Também estiveram presentes os Promotores de Justiça Hugo Casciano, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (CEOSP); Ernesto Cabral, Coordenador do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública do Ministério Público estadual (GEOSP); e Aline Cotrim; além de Eduardo Ribeiro, diretor da Iniciativa Negra e porta-voz do Instituto Fogo Cruzado na Bahia.

[Matéria veiculada em 10/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



Ações voltadas à promoção e ao fortalecimento das políticas de segurança pública nos municípios baianos foram apresentadas na manhã de hoje, dia 10, na sede do Ministério Público estadual, durante o workshop do projeto institucional ‘Município Seguro’, que debateu o tema “O MP e a segurança pública integrada: do Sistema Único de Segurança Pública ao Bahia pela Paz”. Autoridades nacionais, estaduais e municipais participaram do evento no qual o Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia ressaltou a relevância da união de esforços em prol da segurança pública, “que é do Estado pela feição constitucional, mas a União e Municípios têm papel fundamental para garantir a paz social”. Ele registrou que o projeto do MP é “ambicioso e trará contribuições decisivas no trato da segurança pública no estado”.



O chefe do MP explicou que o intuito da instituição é propor políticas de segurança pública através do projeto que visa apoiar e fomentar a estruturação e implementação de conselhos de segurança e a construção de planos de segurança nos municípios. “É impossível pensar uma segurança pública efetiva ao cidadão baiano sem descer à estrutura federativa que está mais próxima dessas pessoas onde os ajustes são os mais finos pra entender a realidade local”, ressaltou o PGJ. No evento, Pedro Maia assinou a recomendação que orienta a atuação dos Promotores de Justiça no acompanhamento e fiscalização da adequação dos municípios à Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O Secretário estadual de Segurança Pública, Marcelo Werner, também destacou a importância dos municípios para o sistema de segurança pública e defesa social e parabenizou o MP pela iniciativa, que “tem o propósito é desenvolver ações efetivas em prol da paz e melhorar a segurança pública do estado”.

Já o Secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas, parabenizou o PGJ “pelo empenho e determinação, que sintetizam uma energia de transformação que o MP põe no momento que a sociedade reclama respostas eficazes para enfrentar o problema”.

Felipe Freitas afirmou que a iniciativa do MP se soma ao programa ‘Bahia pela Paz’, que é um investimento do Estado que tem centralidade no tema das mortes violentas e opera em três frentes: modernização da segurança pública; pactuação institucional com criação de espaços de governança para estabelecimento de objetivos comuns; e estratégias de fortalecimento da política social com busca ativa nas comunidades.



# Operação Controle: Líderes de facções criminosas de Feira de Santana são transferidos para presídio de segurança máxima

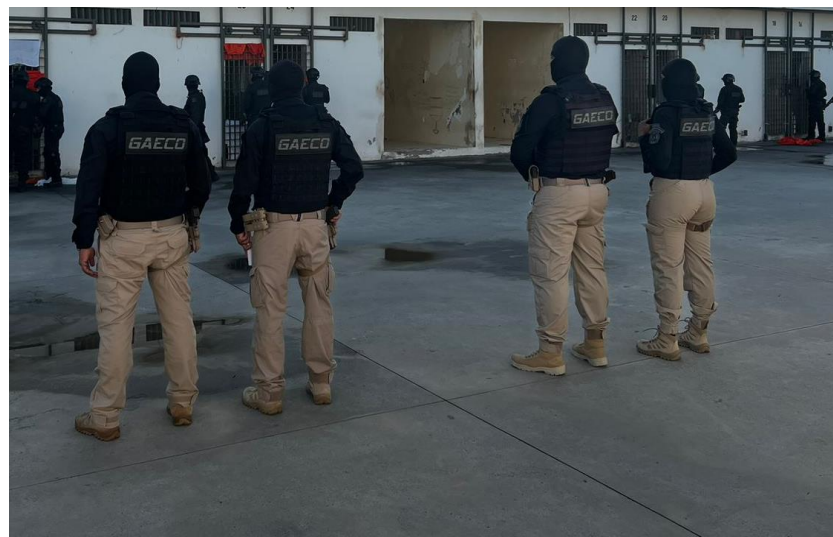


Quatro líderes de facções criminosas de Feira de Santana foram transferidos na manhã deste domingo, dia 12, da Penitenciária local para o Presídio de Segurança Máxima de Serrinha, como resultado da 'Operação Controle'. Eles são apontados como responsáveis pelo comando dos homicídios ocorridos na cidade nos últimos dias. Foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão e quatro de transferência. As lideranças ficarão custodiadas em Serrinha sob o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Nas celas, foram apreendidos celulares, acessórios de telefone e facas.



A operação foi deflagrada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial Operacional de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e Grupo Especial de Execução Penal (GAEP); pela Secretaria de Segurança Pública (SSP); pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), por meio do Grupo de Segurança Institucional (GSI), Comando de Monitoramento Eletrônico de Pessoas (CMEP) e do Grupamento Especializado em Operação Prisionais (GEOP); pela Polícia Civil e pela Polícia Militar, por meio do Comando de Policiamento Especializado (CPE) e do Comando de Policiamento Regional Leste (CPRL).

Segundo as investigações, os homens transferidos para Serrinha mandaram matar rivais e orquestraram os ataques, que resultaram nas mortes registradas no município na última semana. O objetivo seria ampliar território de atuação das facções. A transferência visa isolar as lideranças, tirando-lhes a possibilidade de comunicação com demais integrantes das facções. Os mandados foram expedidos pelo Plantão Judiciário, acatando requerimento realizado pelo GAECO em conjunto com promotores de Justiça plantonistas. O material apreendido será submetido a conferência e análise pelo GAECO e SEAP, e posteriormente, encaminhado aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.



[Matéria veiculada em 12/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



Com o objetivo de cumprir dezenas de mandados de prisão e de busca e apreensão de integrantes de uma organização criminosa com atuação no interior da Bahia e Região Metropolitana de Salvador (RMS), o Ministério Público e a Polícia Civil deflagraram, nesta quinta-feira (23), a Operação Premium Mandatum, que acontece em 15 cidades baianas e no sistema prisional, e tem atuação de cinco promotores de Justiça e 27 agentes do GAECO, entre servidores e militares, além de 200 policiais civis.



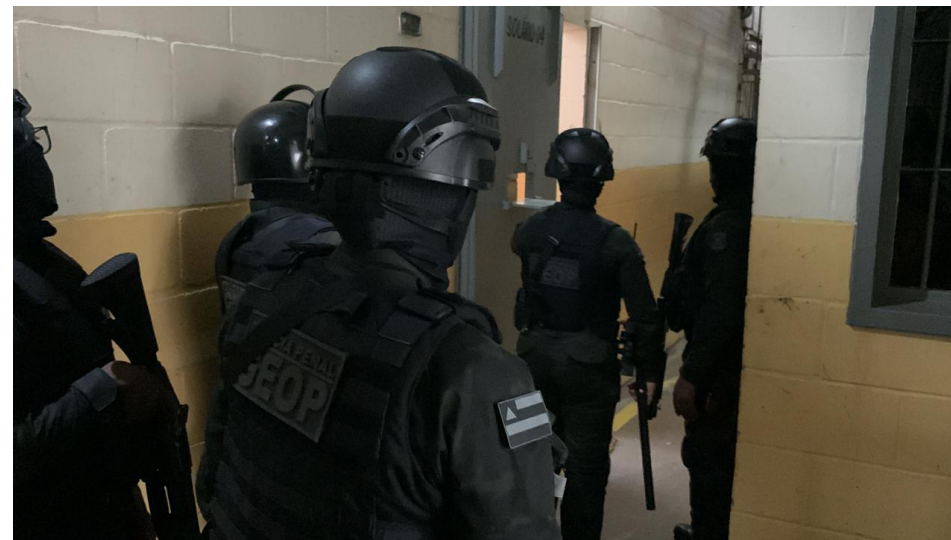
A ação é integrada com o Ministério Público da Bahia (MPBA), por meio do Grupo de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais do Norte (GAECO NORTE), e conta com o apoio da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), do Grupo de Especial de Execução Penal (GAEP) do MP e da Polícia Militar. As investigações tiveram início após a prisão de um suspeito, no ano de 2021, na cidade de Senhor do Bonfim. Apontado como uma das lideranças do tráfico de drogas na região Norte da Bahia, o homem ordenava crimes de dentro do presídio.

As investigações identificaram o modus operandi da organização criminosa, os líderes do grupo na Bahia e como era desenvolvido o tráfico de entorpecentes dentro e fora dos presídios. Os alvos da operação são investigados pelos crimes de tráfico, associação para o tráfico, organização criminosa, homicídios e comércio ilegal de armas de fogo.



# 'Operação Premium Mandatum' atinge sete líderes de facções

Sete líderes de facções criminosas estão entre os 35 integrantes de organizações criminosas alvos da 'Operação Mandatum', que cumpriu dezenas de mandados nesta quinta-feira, dia 23, em 14 municípios do interior baiano e da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e na cidade pernambucana de Petrolina. As lideranças, que já cumpriam pena no Presídio de Juazeiro, comandavam ações de tráfico de drogas e de armas e orquestravam execuções em todo o estado de dentro da unidade penitenciária. Do total de mandados, 28 foram cumpridos no sistema prisional. As prisões ocorreram nos municípios de Sento Sé, Gandu, Feira de Santana, Brumado e Petrolina.



A operação foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do MPBA, inclusive a sua unidade norte (GAECO NORTE); e pela Polícia Civil, por meio do Departamento de Polícia do Interior (DEPIN); com apoio da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP); do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP) do MP; e da Polícia Militar, por meio da Companhia Independente de Policiamento Especializado (CIPE CAATINGA) e do Batalhão de Choque. A ação teve a participação de cinco Promotores de Justiça e 27 agentes do GAECO, entre servidores e militares, além de 200 policiais civis.

[Matéria veiculada em 23/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Policial é preso suspeito de envolvimento com grupos de extermínio e jogos de azar

Operações 'Reciclagem' e 'Jogo Sujo' foram promovidas simultaneamente na cidade de Vitória da Conquista

Equipes do Ministério Público e da Secretaria da Segurança Pública (COGER, PC e PM) prenderam nesta quarta-feira, dia 29, um policial militar aposentado, suspeito de envolvimento com grupos de extermínio e jogos de azar, na região Sudoeste da Bahia. Armas, munições, cofre e aparelhos eletrônicos foram apreendidos. As Operações Reciclagem e Jogo Sujo foram promovidas simultaneamente na cidade de Vitória da Conquista. Mandados de prisão e de busca e apreensão foram cumpridos pelas equipes.

Na Operação Reciclagem foram apreendidos duas pistolas, carregadores, munições, celulares e tablet. Um policial militar da ativa é investigado. Dois revólveres calibres 22 e 32, munições, celulares e um cofre foram encontrados pelas equipes durante cumprimentos de ordens judiciais da Operação Jogo Sujo. Um sargento PM da reserva e um comparsa foram presos.

As ações integradas foram promovidas pela Força Correcional Especial Integrada (FORCE) da Corregedoria Geral da SSP, pelos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO) e de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP) do MP, com o apoio da Polícia Civil, por meio das Coordenadorias Regionais de Polícia do Interior (COORPINS) de Vitória da Conquista e de Brumado, além da Corregedoria da Polícia Militar.





# Combate à sonegação fiscal será reforçado para devolver R\$ 214 milhões aos cofres públicos estaduais em 2024

O Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) realizou hoje, dia 3, a primeira reunião do ano e anunciou que operações de combate à sonegação fiscal devem ser realizadas na Bahia em 2024 para reintegrar aos cofres públicos um total de R\$ 214 milhões sonegados. As operações fazem parte do conjunto de ações que serão desenvolvidas pela força-tarefa que integra o órgão. O comitê é formado pelo Ministério Público Estadual (MPBA), o Tribunal de Justiça (TJBA), as Secretarias Estaduais da Fazenda (SEFAZ), da Segurança Pública (SSP), da Administração (SAEB) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Essa interação, registrou o Governador Jerônimo Rodrigues, “cria um ambiente de força no Estado”. Ele compôs a mesa do evento ao lado da Presidente do TJ, Desembargadora Cynthia Maria Resende; do Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia; dos Secretários da Sefaz Manoel Vitório, da SSP Marcelo Werner, da SAEB. Edelvino Góes; e da Procuradora-Geral do Estado, Bárbara Camardelli.



O Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia falou ainda sobre uma nova abordagem de enfrentamento à sonegação fiscal pelo Grupo de Atuação Especial de Combate a Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (GAESF), que passará a tratar dos crimes corporativos e terá outras modalidades de recuperação de ativos, como aquela advinda do dano moral coletivo. “A nossa busca será para além da recuperação do ativo sonegado. Buscaremos reparar a sociedade pelo dano moral coletivo que foi causado aos cidadãos com a sonegação dos tributos”, explicou o Coordenador do GAESF, o Promotor de Justiça Alex Neves, sinalizando que a sonegação impacta em serviços públicos essenciais que deixam de ser prestados à população.

O Governador lembrou que o CIRA, além da capacidade de fazer retornar aos cofres públicos aquilo que lhe é devido, tem uma atuação preventiva muito forte e que sempre que é realizada uma ação de recuperação de ativos, o órgão chama a atenção daqueles que sonegam ou pensam em sonegar para o que pode ocorrer com eles, ressaltando que o imposto sonegado retira do Estado a capacidade de investir em áreas fundamentais para a população. O PGJ Pedro Maia reforçou a importância do comitê e do diálogo entre os órgãos, registrando que a atuação é fundamental para que a população baiana, destinatária final do trabalho, possa receber serviços e condições de vida melhores. Ele afirmou que “o MP está comprometido com entregas ainda mais efetivas em 2024”.



[Matéria veiculada em 03/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# MP e integrantes do sistema de Segurança Pública debatem enfrentamento às facções criminosas na Bahia



O Ministério Público estadual promoveu nesta segunda-feira, dia 3, o workshop 'Panorama atual de enfrentamento às facções criminosas na Bahia', que contou com a participação de integrantes dos sistemas de Segurança Pública e Justiça da Bahia. Durante a abertura do evento, o Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia destacou a importância da atuação integrada das instituições na redução dos índices de criminalidade no estado. "O Ministério Público e as forças policiais baianas têm uma posição firme diante do atual cenário de segurança pública da Bahia. Por meio de uma intensa articulação institucional, foram e estão sendo executadas ações integradas de impacto significativo para a redução dos índices de violência no estado, especialmente voltadas ao combate ao crime organizado e à criminalidade letal", destacou o PGJ.

Ele dividiu a mesa de abertura com o Secretário estadual de Segurança Pública, Marcelo Werner; e os Promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, Secretário-Geral Adjunto; Adalto Araújo, Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM); Hugo Casciano, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (CEOSP); e Márcio Fabel, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).



Iniciativa do CAOCRIM e do CEOSP, o evento foi aberto com a palestra "O combate à criminalidade e a solução dos 3 I'S", que foi ministrada pelo Secretário Marcelo Werner e contou com a mediação do Promotor de Justiça Luiz Ferreira Neto, Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO),

"Trata-se de um tema que preocupa a todos dada a sua urgência. O estado brasileiro precisa se enxergar como uma unidade para combater esse efeito extremamente danoso na nossa sociedade", destacou o Promotor de Justiça Adalto Araújo. Também estiveram na mesa de abertura a Delegada-Geral Heloísa Campos de Brito; a Diretora do Departamento de Polícia Técnica da Bahia (DPT), Ana Cecília Cardoso; e o Comandante de Operações de Inteligência da Polícia Militar (PM), Coronel Augusto César Miranda Magnavita.

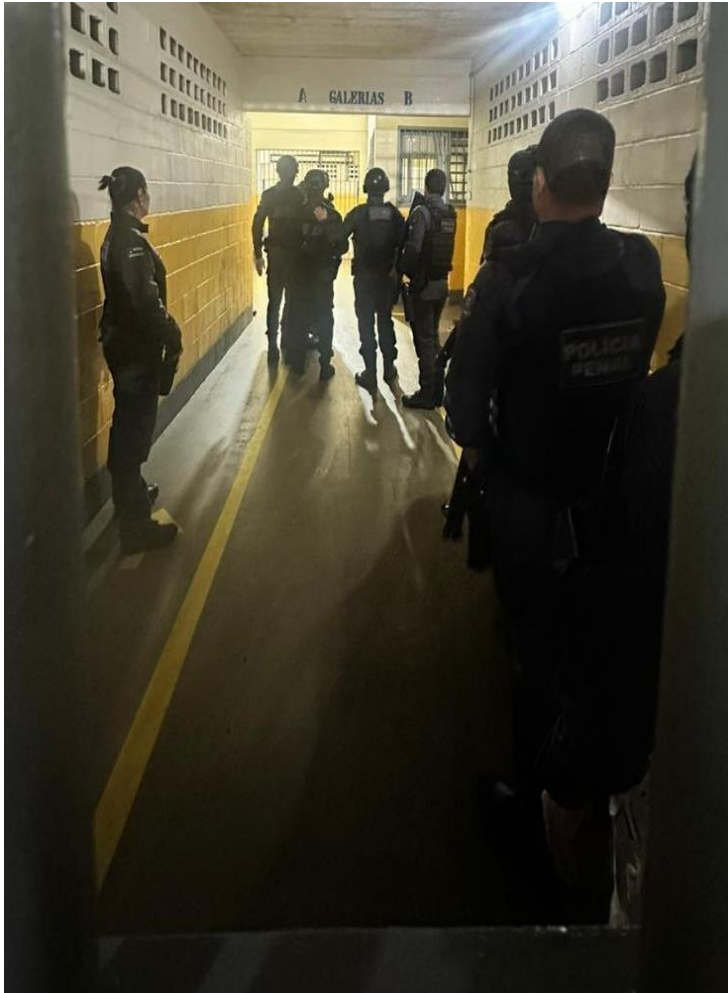


O Secretário Marcelo Werner falou sobre a importância da integração entre as instituições, alinhado às ações de inteligência e o reforço dos investimentos na segurança pública para o enfrentamento às facções criminosas na Bahia. "Devemos trabalhar sempre com inteligência estratégica e operacional, e de forma integrada, porque várias das dificuldades são superadas com o

engajamento entre as instituições", afirmou. A programação contou também com uma palestra sobre o 'Fenômeno da insurgência criminal na Bahia', ministrada pelo Superintendente de Inteligência da SSP, que teve a participação do Promotor de Justiça Edmundo Reis, Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP), como debatedor; e 'Articulação dos atores estatais no contexto circundante às Orccrim', ministrado pelo Promotor de Justiça Gilberto Amorim, Coordenador de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) e que teve a participação da Promotora de Justiça Flávia Cerqueira como debatedora.



# Operação atinge principal líder de facção criminosa de tráfico de drogas da Região Metropolitana de Salvador



O Ministério Público estadual deflagrou no final da tarde desta terça-feira, dia 4, a “Operação Torre”, que realizou buscas em oito celas do Conjunto Penal Masculino em Salvador. A operação investiga um dos principais líderes do tráfico de drogas que atua na Região Metropolitana de Salvador e teve o objetivo de desarticular o esquema de comunicação e o plano de expansão da organização criminosa dentro do sistema penitenciário. O investigado estaria se comunicando por aparelho celular com internos de outras unidades, apesar de preso no conjunto penal. Um celular foi apreendido na cela dele.

A operação foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do MP baiano; com apoio da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), por meio do Grupo de Segurança Institucional (GSI) e do Grupamento Especializado em Operações Prisionais (GEOP); do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP) do MP e da direção do Conjunto Penal Masculino.



De acordo com investigações do GAECO, a organização criminosa liderada pelo investigado atua na exploração do tráfico interestadual de drogas e armas, lavagem e ocultação de bens adquiridos nas ações delitivas e na prática de homicídios na RMS. Possui ainda “claro propósito de estender seu território de atuação dentro dos presídios mediante violência e coação”.



# Operação desarticula líder de facção que se comunicava do presídio



O Ministério Público estadual deflagrou no final da tarde desta terça-feira, dia 4, a “Operação Torre”, que realizou buscas em oito celas do Conjunto Penal Masculino em Salvador.

A operação investiga um dos principais líderes do tráfico de drogas que atua na Região Metropolitana de Salvador e teve o objetivo de desarticular o esquema de comunicação e o plano de expansão da organização criminosa dentro do sistema penitenciário.

O investigado estaria se comunicando por aparelho celular com internos de outras unidades, apesar de preso no conjunto penal. Um celular foi apreendido na cela dele.

A operação foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do MP baiano; com apoio da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP), por meio do Grupo de Segurança Institucional (GSI) e do Grupamento Especializado em Operações Prisionais (GEOP); do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP) do MP e da direção do Conjunto Penal Masculino.

De acordo com investigações do GAECO, a organização criminosa liderada pelo investigado atua na exploração do tráfico interestadual de drogas e armas, lavagem e ocultação de bens adquiridos nas ações delitivas e na prática de homicídios na RMS. Possui ainda “claro propósito de estender seu território de atuação dentro dos presídios mediante violência e coação”.

# Projeto de inteligência artificial do MP otimizará atuação de combate ao tráfico de drogas

Um projeto pioneiro que visa melhorar a produtividade dos membros do Ministério Público da Bahia (MP-BA) na atuação voltada à repressão ao tráfico de drogas e condutas afins será lançado pelo MP baiano na próxima sexta-feira (7), durante a ação 'PGJ itinerante', que levará a sede da Procuradoria-Geral de Justiça para Feira de Santana.

Um projeto pioneiro que visa melhorar a produtividade dos membros do Ministério Público da Bahia (MP-BA) na atuação voltada à repressão ao tráfico de drogas e condutas afins será lançado pelo MP baiano na próxima sexta-feira (7), durante a ação 'PGJ itinerante', que levará a sede da Procuradoria-Geral de Justiça para Feira de Santana.

Segundo o Promotor de Justiça Fabrício Patury, gerente do projeto, com o Fratria, as informações relevantes do inquérito policial ficam prontamente disponíveis aos membros do MP para que possam analisar, tomar decisões e produzir peças de forma assertiva e célere. A ferramenta funciona de forma integrada com o Sistema de Dados, Estatísticas e Atuação do MP (IDEA) e, conforme Patury, é um suporte voltado a aumentar a qualidade e reduzir o tempo das análises e manifestações. Ele frisa que o intuito do Ministério Público com o Fratria não é reduzir nem substituir as responsabilidades e atribuições dos promotores de Justiça, mas facilitar e gerar maior e melhor desempenho da atuação finalística.

Por meio da ferramenta, é possível também identificar processos que demandam uma atenção maior do Promotor de Justiça em razão da ausência de informações e/ou de documentos relevantes do inquérito policial por meio de alertas facilmente visíveis. Com isso, o membro do MP consegue antecipar cenários complexos ou que envolvam potenciais problemas na interpretação do documento pela solução. O Fratria realiza ainda diagnósticos, oportunizando recomendações de ações, como o oferecimento de denúncias. O projeto começou a ser desenvolvido pelo MP em março de 2023 e já foi implementado, de forma piloto, nas Promotorias de Justiça de Salvador e Porto Seguro.



[Matéria veiculada em 04/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: BAHIANOTICIAS](#)

# PGJ participa de reunião que institui programa “Bahia Pela Paz”



Recentemente, lançamos o projeto ‘Município Seguro’, que está tendo forte adesão dos promotores de Justiça. Já são dezenas de procedimentos instaurados para atuar nos municípios, dialogando com os gestores municipais para a implementação dos conselhos municipais de segurança pública e desenvolver as políticas necessárias para combater a violência”, afirmou o PGJ.

O Governador destacou a importância do ato formal e explicou os próximos passos a serem seguidos em conjunto com as demais instituições. “Celebramos hoje mais uma vitória, mais uma etapa do ‘Bahia Pela Paz’. Temos a alegria de celebrar com essas instituições a criação definitiva dessa política, porque hoje a lei regulamentada passa a vigorar. Apresentaremos à sociedade baiana um plano de ação, que também envolve a estruturação do estado para poder absorver as demandas prioritárias e realizar as ações e promover oportunidades para a juventude”, disse o Governador, que estava acompanhado também do Vice-Governador Geraldo Júnior; do Presidente da Assembleia Legislativa, Adolfo Menezes; do Desembargador do TJ-BA Geder Luiz Rocha Gomes; e da Defensora Pública-Geral, Firmiane Venâncio. A Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, Norma Cavalcanti, também participou do encontro.

Com a regulamentação, as instituições que integram o ‘Bahia Pela Paz’ passam a constituir as câmaras de trabalho que vão lançar os editais e os processos de seleção para o início das atividades. “O programa tem como centro a concepção de que é preciso gerar mais oportunidades para a juventude. Então, com foco nas comunidades que, hoje, são violentadas pelos altos índices de estatísticas criminais, por práticas do crime organizado, nós queremos oferecer para a juventude desses lugares novas perspectivas de trabalho, emprego, renda, cultura, esporte e educação, com políticas de educação forte e, também, com ação muito direcionada de busca ativa”, frisou o secretário estadual de Justiça e Direitos Humanos, Felipe Freitas. Além dele, participaram da agenda os Secretários estaduais da Segurança Pública, Marcelo Werner; de Promoção da Igualdade Racial, Ângela Guimarães; e da Assistência e Desenvolvimento Social, Fabya Reis.



[Matéria veiculada em 05/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Sangue Oculto: operação investiga envolvimento de policiais na morte de oito pessoas em Itatim



Doze mandados de busca e apreensão foram cumpridos hoje, dia 7, durante a Operação 'Sangue Oculto', que investiga a morte de oito pessoas, durante uma abordagem policial realizada em julho de 2023 no Município de Itatim. Deflagrada pelo Ministério Público estadual, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) e do Grupo de Atuação Especial Operacional de Segurança Pública (GEOSP), juntamente com a Força Correicional Especial Integrada da Corregedoria Geral da Secretaria da Segurança Pública (FORCE) e com a Corregedoria da Polícia Militar (CORREG), a operação apreendeu aparelhos celulares, documentos e armas, nos municípios de Salvador, Feira de Santana, Itaberaba, Iaçú e Castro Alves. A Justiça determinou também o afastamento dos policiais militares investigados.

A operação é um desdobramento da investigação, conduzida pelo GEOSP, sobre a abordagem feita por policiais militares da Rondesp Chapada no Morro do Tigre, no Município de Itatim, no dia 30 de julho de 2023, resultando na morte de duas mulheres e seis homens, sendo três eram adolescentes, a mais nova com 13 anos de idade.

A investigação do MP constatou a existência de fortes indícios de que as vítimas foram executadas, havendo inclusive indicação de que a cena do crime teria sido alterada. Inicialmente, o caso foi tratado como uma abordagem policial com suposto confronto e troca de tiros entre as vítimas e os policiais envolvidos, mas as provas técnicas e periciais colhidas durante a investigação revelaram as reais circunstâncias do fato. A análise do material apreendido hoje contribuirá com a investigação e responsabilização dos oito policiais militares.



[Matéria veiculada em 07/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# Operação Torre: Líderes de facções criminosas são transferidos para presídio de segurança máxima de Serrinha



Duas lideranças de facções criminosas do tráfico de drogas atuantes na Região Metropolitana de Salvador e bairros da capital foram transferidas na manhã desta terça-feira, dia 11, para o presídio de segurança máxima de Serrinha. A transferência é a segunda fase da 'Operação Torre', deflagrada de forma integrada pelo Ministério Público estadual e Secretarias de Administração e Ressocialização (SEAP) e de Segurança Pública da Bahia (SSP).

A segunda fase da operação dá sequência ao desmonte do esquema de comunicação e do plano de expansão da organização criminosa dentro do sistema penitenciário, iniciado na primeira fase. Os transferidos estavam presos no Conjunto Penal Masculino de Salvador, de onde, apontaram as investigações, emitiam ordens aos liderados nas ruas para execução de diversos crimes, entre eles homicídios cometidos em Salvador e região metropolitana, tráfico interestadual de drogas e armas e lavagem de dinheiro e bens. Durante a primeira fase, em buscas realizadas em celas da unidade prisional na capital, foi apreendido um celular por meio do qual um dos principais líderes do tráfico da RMS se comunicava com outros internos e com os comparsas atuantes do lado de fora da prisão.

A operação foi realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) do MP baiano; com apoio do Grupo de Segurança Institucional (GSI) e do Grupamento Especializado em Operações Prisionais (GEOP) da Seap; do Grupo de Atuação Especial de Execução Penal (GAEP) do MP, da Polícia Civil, por meio da Coordenação de Recursos Especiais (CORE) e da direção do Conjunto Penal Masculino. De acordo com investigações do Gaeco, a organização criminosa, liderada pelos investigados, possui “claro propósito de estender seu território de atuação dentro dos presídios mediante violência e coação”.



[Matéria veiculada em 11/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Audiência pública debate minuta de Plano Municipal de Segurança Pública de Camaçari

O Ministério Público estadual, por meio dos Promotores de Justiça Hugo Casciano Sant'Anna e Aline Cotrim, participou de audiência pública de apresentação da minuta do Plano Municipal de Segurança Pública de Camaçari, realizada na terça-feira, dia 11, na Câmara de Vereadores do Município. O plano resulta de uma união de esforços das entidades integrantes do Comitê Interinstitucional de Segurança Pública (CISP) de Camaçari, que tem a coordenação do MP e, desde 2020, têm fomentado junto ao Município a realização de um diagnóstico de segurança local e a elaboração e implementação do plano, em cumprimento ao regramento previsto no art. 22, § 5º, da Lei nº 13.675/2018.



A ação integra o projeto 'Município Seguro', cujo objetivo é promover a implantação dos instrumentos e mecanismos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Segundo Aline Cotrim, “a ideia do plano foi gestada no âmbito do CISP e, a partir disso, foi realizada a contratação da universidade que desenvolveu o projeto. O MP e o CISP também acompanharam todas as fases de diagnóstico e agora têm promovido debates internos, no âmbito do próprio comitê, e externos, com a sociedade civil, para que o plano efetivamente retrate um plano para a sociedade, com participação ativa dos cidadãos nesse processo”. Ela é Coordenadora do CISP e o Promotor de Justiça Hugo Casciano é Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública (CEOSP).

A audiência pública foi promovida pela Comissão de Políticas Públicas, Direitos Humanos e Segurança Pública da Câmara de Vereadores e contou também com a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnica, Corpo de Bombeiros, Ordem de Advogados da Bahia (OAB), Defensoria Pública, além da sociedade civil e universidades. Após a colheita das contribuições de todos os integrantes do CISP e da sociedade civil à minuta do Plano Municipal de Segurança Pública, o que será feito nos próximos dois meses, o documento será encaminhado ao Poder Executivo local para efetiva criação e implementação.



[Matéria veiculada em 13/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# Ministério Público e Polícia Militar debatem segurança pública e atuação policial

Membros do Ministério Público estadual e oficiais da Polícia Militar dialogaram hoje, dia 14, sobre a questão da segurança pública na capital baiana e região metropolitana. O encontro ocorreu na sede do MP, no CAB, e contou com palestra do Comandante de Policiamento em Missões Especiais, Coronel PM Manuel Paulo Muniz Júnior, sobre 'Cenários e conflitos, atuação policial e os reflexos dessa atuação'. Um momento de trocas de experiências e fomento ao fortalecimento da atuação das instituições em prol da sociedade baiana, que teve a participação do Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia.

O Coronel PM Muniz abordou os cenários da segurança pública em Salvador, afirmou que “eles já reverberam em outros centros do estado”, e detalhou procedimentos e técnicas que instruem as operações policiais. Falou ainda sobre a formação e capacitação da PM, a estrutura organizacional da corporação, a doutrina da Polícia Militar, os índices de criminalidade violenta na Bahia, estratégias da PM para enfrentamento da criminalidade, ações nas ocorrências de alta complexidade, desafios e perspectivas da corporação.



O Coordenador do CEOSP, Hugo Casciano, destacou que, a partir do intercâmbio entre promotores que atuam na execução, centros de apoio e instituições como a Polícia Militar, é possível qualificar a atuação para oferecer à sociedade serviços melhores e ambientes de paz. O Promotor de Justiça Ernesto Cabral reafirmou a importância da qualificação e registrou que ela auxilia o processo de compreensão dos fatos que acontecem na realidade da atuação policial e na superação das zonas cinzentas de interpretação. A Promotora de Justiça Mirella Brito complementou assinalando que compreender os cenários dos fatos, a metodologia de abordagem e a técnica empregada é salutar às atividades desenvolvidas pelos membros do MP, com o que concordou Mônia Ghignone, destacando que esse entendimento e a troca de experiências entre as instituições fortalece a atuação dos órgãos. O Promotor de Justiça Gilberto Amorim mediu a palestra e, já na abertura da atividade, ressaltou a preciosidade da vida humana, que deve ser preservada ao máximo, e do processo de comunicação para compreensão, clara, da missão de cada um. O coronel Morbeck falou sobre a relevância da interlocução entre o Ministério Público e a Polícia Militar, instituições que, segundo o coronel Muniz, “se encontram no ponto fundamental de proteção do cidadão”.

# Pioneiro no país, Cira já recuperou R\$ 560 milhões para a Bahia e adota novas estratégias de combate à sonegação

Outra nova abordagem é a intensificação do uso de novas tecnologias, como cruzamento de dados digitais e ferramentas de inteligência artificial (IA), para apoio à investigação de contribuintes envolvidos em sonegação e outras condutas criminosas.



Doze anos após a sua implantação na Bahia como uma das experiências pioneiras em todo o país de integração de órgãos públicos para o combate à sonegação e aos crimes contra a ordem tributária, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) é hoje referência nacional na área e já recuperou R\$ 560 milhões para os cofres públicos baianos. Ao longo deste período, a força-tarefa do CIRA realizou ao todo 40 operações especiais. Em outra vertente, os órgãos participantes do Comitê atuam de forma integrada para realizar oitivas com contribuintes sob investigação.

O Comitê reúne o Ministério Público Estadual (MPBA), o Tribunal de Justiça (TJBA), as secretarias estaduais da Fazenda, da Segurança Pública (SSP) e da Administração (Saeb) e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Com sede em Salvador e representações regionais em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna e Barreiras, o CIRA está intensificando a sua atuação em todo o estado, e até o final de 2024 a meta é realizar ações com vistas a cobrar o retorno aos cofres públicos de mais R\$ 214 milhões em valores sonegados.

O modelo de atuação do Comitê baiano, que tem sido referência para iniciativas similares em outros estados, neste momento evolui e amplifica os processos de trabalho com a adoção de novas estratégias de combate à sonegação. Está entrando em ação, por exemplo, uma nova abordagem de enfrentamento à sonegação fiscal pelo Grupo de Atuação Especial de Combate a Sonegação Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária (GAESF), do MPBA, que no âmbito do CIRA passará a tratar dos crimes corporativos e terá outras modalidades de recuperação de ativos, como aquela advinda do dano moral coletivo.

[Matéria veiculada em 17/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)

# MP, Receita Federal e SEAP implementam projeto de ressocialização em unidades prisionais baianas

Um projeto inovador para a ressocialização de detentos na Bahia está em curso a partir uma parceria entre o Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), a Receita Federal do Brasil (SRRF05) e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP/BA). A iniciativa visa estabelecer Núcleos de Descaracterização em quatro unidades prisionais estratégicas: Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Conjunto Penal de Itabuna, Conjunto Penal de Eunápolis e Conjunto Penal de Vitória da Conquista. Nesses núcleos, os detentos são qualificados para o exercício das atividades laborais voltadas à descaracterização de produtos, pelas quais são favorecidos com a remição da pena, explica o Coordenador da Unidade de Monitoramento de Execução da Pena e Medidas de Segurança (UMEP/MPBA), Promotor de Justiça Edmundo Reis, pontuando que, conforme dispõe a legislação, abate-se um dia de pena a cada três dias de trabalho.

O Promotor de Justiça registra que a ressocialização ocorre por meio do oferecimento da condição laboral ao preso, que trabalha descaracterizando bens que passam a servir ao próprio sistema e a outras entidades e instituições que atendem pessoas vulneráveis. Nesse cenário, os detentos acabam prestando um serviço de relevância para pessoas que também estão em condição de vulnerabilidade, o que fomenta um processo de identificação social do meio fechado para o meio aberto. Esse processo favorece a reinserção social, conclui Edmundo Reis.

O objetivo principal dos núcleos é transformar mercadorias apreendidas em recursos úteis para a sociedade, promovendo sustentabilidade ambiental e reintegração social. O programa 'Receita Cidadã', da Receita Federal, será essencial para o sucesso do projeto, permitindo que produtos apreendidos, inicialmente destinados à destruição, sejam processados nas unidades prisionais. Esses itens serão transformados em novos produtos de valor, beneficiando diretamente a comunidade baiana e reduzindo o impacto ambiental. "A parceria não apenas promove a responsabilidade social e ambiental, mas também oferece uma oportunidade significativa de reabilitação aos internos, preparando-os para uma reintegração produtiva após o cumprimento da pena", destaca ainda Edmundo Reis.

A colaboração da UMEP foi fundamental para viabilizar essa iniciativa pioneira. Ela coordena o recebimento das mercadorias apreendidas, seu processo de descaracterização pelos detentos e a distribuição dos produtos transformados para instituições públicas e privadas sem fins lucrativos. Isso assegura que os benefícios alcançados sejam distribuídos de forma justa e ampla pela sociedade.

Para Valdir Lemos Couto, chefe da Divisão de Programação e Logística (DIPOL) da SRRF05, "esta parceria representa um avanço significativo na cooperação entre órgãos públicos, demonstrando o compromisso da Receita Federal em contribuir positivamente para a comunidade e o meio ambiente". Sandra Magnavita, auditora fiscal da Receita Federal e Delegada da Alfândega de Salvador, também ressalta que "a iniciativa não só fortalece a função social da Receita Federal, mas também abre portas para uma colaboração contínua com instituições comprometidas com a reinserção social e a sustentabilidade.". Bacildes Terceiro, superintendente de Ressocialização da Seap, enfatizou a importância da iniciativa para a reforma do sistema penal na Bahia, destacando que "este projeto não apenas oferece oportunidades de capacitação e reintegração, mas também promove uma abordagem humanizada e eficaz para a ressocialização dos internos".



# Projetos de segurança pública e desenvolvimento humano marcam 100 dias de gestão no MP

O balanço da gestão do MP, nos últimos 100 dias, foi apresentado ontem, dia 18, em demonstração da transparência do órgão e compromisso com a prestação de contas à sociedade da atuação institucional. O encontro foi aberto pelos Promotores de Justiça Márcio Fahel, Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF); e Patrícia Medrado, Coordenadora da Gestão Estratégica do MP, que destacaram a unidade da Instituição no desenvolvimento de ações e projetos em prol da sociedade baiana. Na ocasião, foi apresentado um vídeo que destacou as principais iniciativas desenvolvidas pelo Ministério Público nos 100 dias de gestão, incluindo projetos pioneiros como a “Procuradoria-Geral Itinerante”, que transformou a Promotoria Regional de Justiça de Feira de Santana em sede administrativa do Ministério Público estadual por dois dias com o objetivo de fortalecer a governança institucional integrada para aprimorar a atuação do MP no interior.



“O MP é uma instituição que tem como objetivo fazer o bem. Isso é o que está escrito na Constituição Federal e estamos conseguindo cada vez mais alcançar um nível de maturidade institucional para dialogar com a sociedade e o Poder Judiciário”, destacou o chefe do MP baiano, Pedro Maia. Ele ressaltou o sentimento de coesão e de sinergia da gestão, e agradeceu nominalmente a todos da equipe.

Nestes 100 dias, o Ministério Público, seguindo os três eixos de atuação da gestão 2024-2026: segurança pública, sustentabilidade e desenvolvimento humano - lançou os projetos Município Seguro e Raízes da Cidadania. O projeto Município Seguro tem o objetivo de contribuir para a promoção de ambientes sociais mais seguros e cidades menos propensas à desordem e criminalidade, mediante o diagnóstico, monitoramento e fiscalização quanto à existência e regularidade de política de segurança pública municipal voltada à implementação dos instrumentos e mecanismos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).



Já o Raízes da Cidadania é um projeto institucional inédito do MP que será realizado em parceria com os gestores municipais e permitirá à Instituição contribuir para o fomento de políticas públicas que vão melhorar os indicadores sociais da Bahia.

# "Operação Sísifo": segunda fase é deflagrada para desarticular esquema criminoso no Conjunto Penal de Feira de Santana



O Ministério Público estadual deflagrou na manhã de hoje, dia 27, a segunda fase da "Operação Sísifo", cujo objetivo é desarticular um grupo criminoso responsável pela entrada de materiais ilícitos no Conjunto Penal de Feira de Santana. Cinco mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos nas residências de agentes públicos e de outros indivíduos acusados de integrarem organização criminosa. A operação é realizada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e Investigações Criminais (GAECO), Grupo de Atuação Especial em Execução Penal (GAEP), Secretaria de Administração

Penitenciária e Ressocialização (SEAP) e Secretaria de Segurança Pública (SSP), por meio do Departamento de Polícia do Interior (DEPIN) da Polícia Civil.

Os mandados estão sendo cumpridos nos municípios de Feira de Santana e Sapeaçu e foram expedidos pela 2ª Vara Criminal de Feira de Santana. Também foi recebida denúncia formalizada pelo Ministério Público estadual contra 14 indivíduos em virtude da prática de prevaricação, favorecimento de entrada de celular em presídio, tráfico de drogas, corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de capitais, todos praticados no contexto de integração de organização criminosa estruturada para viabilizar a entrada de objetos proscritos no Conjunto Penal de Feira de Santana. Ainda por força de decisão judicial, os agentes públicos apontados na denúncia foram afastados das suas respectivas funções.

As investigações tiveram início após constatação pelo MP da "recorrente apreensão de diversos materiais ilícitos com os presos", especialmente celulares, entorpecentes e armas perfurocortantes, "o que levantou evidências da participação ativa de detentos e de policiais penais" no esquema.



[Matéria veiculada em 27/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# MP e PM firmam termo de cooperação para implementar sistema de comunicação com a Corregedoria Militar



O Ministério Público estadual, por meio do Procurador-Geral de Justiça Pedro Maia, firmou na manhã de hoje, 27, um termo de cooperação técnica com a Polícia Militar do Estado da Bahia que possibilitará a implementação de um sistema de comunicação entre os órgãos do MP e a Corregedoria da PM. O objetivo é dar mais eficiência ao fluxo de comunicação e atendimento dos pleitos ministeriais. O PGJ destacou a importância do diálogo entre as instituições para a melhoria da segurança pública na Bahia. “A resposta para o tamanho do desafio e os bons resultados que estamos obtendo é essa harmonia e integração”, destacou Pedro Maia.

O termo foi assinado pelos Coordenadores do Centro de Apoio da Segurança Pública (CEOSP) e do Grupo de Atuação Operacional de Segurança Pública (GEOSP), Promotores de Justiça Hugo Casciano Sant’Anna e Ernesto Cabral; pelo Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia, Coronel Paulo Coutinho; e pelo Corregedor-Chefe da Polícia Militar, Coronel Delmo Santana. Também participaram da reunião, a Procuradora-Geral de Justiça adjunta do MP, Norma Cavalcanti, e o assistente militar do MP, Coronel Gilberto Morbeck. Coordenador do CEOSP, Hugo Casciano destacou o termo como mais um marco na parceria entre MP e PM na busca de soluções dialogadas para as questões da segurança pública. O Promotor pontuou que, além de cumprir o seu papel institucional de fiscalizar e exercer o controle externo da atividade policial, o MP também busca desenvolver e fomentar ações de segurança pública junto à PM. “Dentro do binômio tutela coletiva da segurança pública e controle externo da atividade policial, o que prevalece é a função de zelar pela segurança no estado da Bahia, o que converge com o trabalho da PM”.

O Coordenador do GEOSP, Ernesto Cabral, destacou que o papel do controle externo é atuar de forma a melhorar a eficiência da Polícia Militar. “Tanto o controle externo, feito pelo MP, quanto o trabalho correicional, feito pela PM, têm o mesmo objetivo: construir uma polícia ainda mais eficiente para a segurança pública do estado”. O Comandante da PM, Coronel Coutinho, também destacou a importância da parceria com o MP para a melhoria dos resultados na segurança pública estadual. “O termo assinado hoje é mais um passo nesse processo de construção coletiva de uma segurança pública mais eficaz no estado, que vem sendo levado a termo em parceria com o MP”, pontuou.



[Matéria veiculada em 27/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: MP/BA.](#)



# PGJ participa de reunião com secretário nacional de Segurança do Ministério da Justiça



O procurador-geral de Justiça Pedro Maia e os secretários estaduais de Segurança Pública e Justiça e Direitos Humanos da Bahia, respectivamente, Marcelo Werner e Felipe Freitas, reuniram-se hoje, dia 4, em Brasília, com o secretário nacional de Segurança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Mário Luiz Sarrubbo. No encontro, foram apresentadas ações implementadas para o combate à violência e promoção da cidadania e dos direitos humanos. A expressiva redução dos números de mortes violentas no estado foi destaque na reunião. De janeiro a maio deste ano, a Bahia contabilizou o registro de 347 casos contra 432 no mesmo período do ano passado.

Conforme a exposição, a ideia é consolidar uma nova perspectiva de integração de ações policiais efetivas, com ações sociais consistentes de prevenção e redução da violência, tendo como foco prioritário as camadas mais vulneráveis à violência e à pobreza na sociedade baiana. Nesse sentido, o ‘Programa Bahia pela Paz’, que consiste em um conjunto de projetos e atividades direcionados ao desenvolvimento social e humano das faixas populacionais em situação de vulnerabilidade, também foi pauta do encontro. Segundo Felipe Freitas, “a proposta é fomentar uma sociedade mais segura, justa e inclusiva por meio de uma abordagem integral da segurança pública e dos direitos humanos”. O programa tem como foco a redução dos índices de violência, prioritariamente contra as juventudes negras e periféricas, e a construção de uma Cultura de Paz, com garantia de direitos.

O chefe do Ministério Público estadual, Pedro Maia, apresentou o projeto ‘Município Seguro’. Ele tem o objetivo de contribuir para a instituição de ambientes sociais mais seguros e cidades menos propensas à desordem e criminalidade, mediante o diagnóstico, monitoramento e fiscalização quanto à existência e regularidade de política de segurança pública municipal voltada à implementação dos instrumentos e mecanismos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), conforme a Lei 13.675/18.

Na oportunidade, também foram tratadas questões relativas a parcerias já em curso entre a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e o Governo da Bahia, a exemplo das câmeras corporais nas fardas dos policiais, e as ações Força Integrada de Combate ao Crime Organizado da Bahia (Ficco-BA), cujas operações, de janeiro a maio deste ano, resultaram na localização de 108 criminosos, sendo 47 deles líderes de facções. Também foi ressaltada a importância do estabelecimento de novas cooperações no campo da inteligência, da prevenção à violência e da integração das forças de segurança e instituições do sistema de justiça.

# Notícias Externas

---

CNJ, DEPEN e SSP



# Zanin vota para que COAF possa compartilhar dados com polícia e MP sem autorização judicial

*Ministro manteve sua decisão de derrubar entendimento do STJ que emperrava investigações*

O Ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta terça-feira para manter sua decisão que autorizou a polícia e o Ministério Público a solicitarem relatórios de inteligência financeira diretamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) sem prévia autorização judicial.

"Os relatórios emitidos pelo COAF podem ser compartilhados espontaneamente ou por solicitação dos órgãos de persecução penal para fins criminais, independentemente de autorização judicial", declarou.

A Primeira Turma do STF está decidindo se mantém uma decisão de Zanin de novembro. Na ocasião, o ministro derrubou de forma liminar uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia declarado ilegais relatórios do COAF requisitados diretamente pela polícia.

Os Ministros Flávio Dino e Luiz Fux acompanharam seu voto, formando maioria para manter a decisão.

Nesta terça-feira, o relator voltou a argumentar que o STJ desconsiderou uma decisão do STF de 2019, quando o compartilhamento já havia sido autorizado.

"O Superior Tribunal de Justiça, dando uma outra interpretação ao tema 990 [do STF], somente entendeu possível o compartilhamento de dados de inteligência financeira se esse compartilhamento fosse feito de forma espontânea, e não provocada."



[Matéria veiculada em 02/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: EXAME.](#)



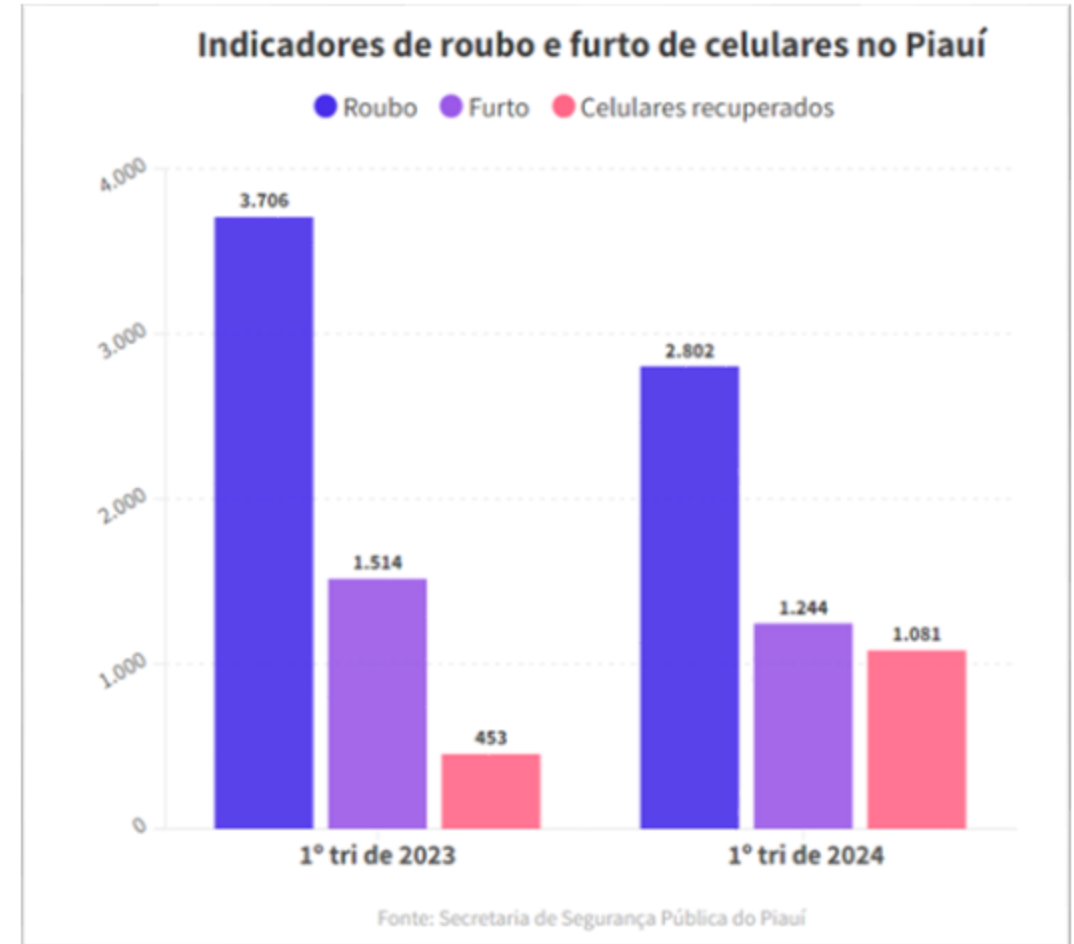
# PI: Roubo de celular cai 44% após ação da polícia recuperar 6.000 aparelhos



A Secretaria de Segurança Pública do Piauí conseguiu recuperar quase 6.000 celulares roubados ou furtados e devolvê-los a seus donos nos últimos nove meses, depois de mudar a estratégia de investigação e com auxílio de tecnologia.

## Quais são os impactos

Houve redução de 44% na quantidade de roubos no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período do ano passado. Em Teresina, a redução chega a 50% nesse intervalo. O número de furtos de aparelhos caiu 18%



[Matéria veiculada em 11/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: UOL.](#)

# AGU e Ministério da Justiça e Segurança Pública pedem ao CNJ estabelecimento de critérios para saída temporária e exame criminológico

Pedido de providências foi apresentado após sanção com vetos da lei que reformou instituto da saída temporária de presos

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) apresentam ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nesta segunda-feira (15), pedido de providências para que o órgão estabeleça critérios para a concessão do benefício da saída temporária de presos em regime semiaberto, assim como para a realização do exame criminológico necessário para a progressão de regime.

O pedido foi encaminhado após a sanção, com vetos, da lei que reformou o instituto da saída temporária de presos (nº 14.843/2024). A norma aprovada pelo Congresso Nacional revogou o artigo 124 da Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), que fixava critérios para a saída temporária, como o prazo máximo para o benefício e a periodicidade mínima de sua concessão, bem como estabelecia condições como o recolhimento à residência visitada no período noturno e a proibição de frequentar bares e casas noturnas.

O entendimento da AGU e do Ministério da Justiça é o de que a revogação da norma pode levar a divergência nos critérios para a concessão do benefício entre as diversas instâncias do Judiciário, gerando insegurança jurídica.

O pedido de providências também requer ao CNJ o estabelecimento de critérios uniformes para a elaboração dos exames criminológicos, a definição de um prazo razoável para a confecção do exame e a previsão de consequências para eventuais atrasos na sua realização.



# AGU e MJ defendem critérios para conceder saída temporária a presos

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) pediram nesta segunda-feira (15) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a definição de critérios para concessão do benefício das saídas temporárias de presos que estão em regime semiaberto.

O pedido foi feito após o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetar, na quinta-feira (11), o trecho do projeto de lei que impedia a saída temporária para presos que já possuem o direito às saídas para visitar seus familiares.

No entendimento dos órgãos, com o veto do presidente, a medida do CNJ é necessária para estabelecer critérios e garantir a concessão do benefício diante de eventuais divergências no Judiciário sobre a aplicação da lei.

"A norma aprovada pelo Congresso Nacional revogou o artigo 124 da Lei de Execuções Penais, que fixava critérios para a saída temporária, como o prazo máximo para o benefício e a periodicidade mínima de sua concessão, bem como estabelecia condições como o recolhimento à residência visitada no período noturno e a proibição de frequentar bares e casas noturnas", argumentaram os órgãos.

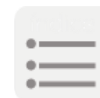
A AGU e o MJ também pediram ao CNJ a adoção de medidas para adoção de critérios uniformes para a elaboração de realização de exames criminológicos, conforme consta em outro trecho da lei.

Ao sancionar, com veto, o projeto de lei que trata das saídas temporárias, Lula manteve a parte do texto que proíbe a saída para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas.

A parte da lei que foi vetada será reavaliada pelo Congresso, que poderá derrubar o veto do presidente.



# Comissão aprova arma para policiais legislativos nos estados



A Comissão de Segurança Pública (CSP) aprovou nesta terça-feira (16) o projeto de lei (PL) 5.948/2023, que concede porte de arma de fogo aos policiais legislativos das assembleias legislativas estaduais e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Os integrantes da CSP acataram o relatório favorável do senador Esperidião Amin (PP-SC) à proposta do senador Izalci Lucas (PL-DF). O texto segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que decidirá definitivamente sobre o projeto.

A proposta altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003), que hoje só permite o porte aos policiais legislativos do Senado e da Câmara dos Deputados. Segundo o relator, deve haver simetria no direito ao porte de arma entre as polícias responsáveis pela segurança das Casas legislativas do país.

— Não há nenhuma razão para que os [policiais] do Congresso possam e os dos estados e do Distrito Federal não possam. É uma extensão lógica. Preferível seria que não houvesse nem necessidade da polícia legislativa, mas os fatos demonstram: é preciso que haja segurança, uma segurança adequada. No "adequado" entra o equipamento — argumentou Esperidião Amin.

O texto também dispensa todos os policiais legislativos estaduais, distritais e federais de comprovar idoneidade, ocupação lícita, residência certa, capacidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, exigências previstas no estatuto. Segundo Esperidião Amin, esses requisitos já são cumpridos quando os policiais são aprovados em concurso público.

Presidente da CSP, o senador Sérgio Petecão (PSD-AC) afirmou que a sensação de segurança dos parlamentares se relaciona ao uso de armas pelos policiais.

— Nós temos a nossa polícia [do Senado], para mim é uma das melhores. E porque eles têm direito de usar o seu armamento dá uma sensação de segurança muito grande para nós. Eu tive o prazer de presidir a assembleia [legislativa] do meu estado por quatro mandatos e essa é uma luta antiga.

Para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que também já foi deputado estadual, as polícias civis e militares dos estados serão aliviadas se os policiais legislativos também possuírem porte de armas:

— Você não precisa se socorrer da Polícia Militar e Polícia Civil, que muitas vezes têm um efetivo bastante apertado. Não há necessidade de deslocamento de uma parte desse efetivo para fazer determinado trabalho junto a um parlamentar.

# CNJ e Ministério da Justiça formam comitê para enfrentar violação de direitos no sistema prisional



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinaram, nesta terça-feira (16/4), a Portaria Conjunta MJSP/CNJ n. 8/2024, para criação do Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Prisional brasileiro. O comitê trabalhará como instância de coordenação administrativa para a adoção das medidas que irão integrar o Pena Justa, o Plano Nacional determinado pela ADPF 347 e os planos estaduais e distrital também nela previstos.

O documento foi assinado no início da 5.<sup>a</sup> Sessão Ordinária do CNJ em 2024, pelo Presidente do Conselho, ministro Luís Roberto Barroso, e pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. O comitê coordenará as ações planejadas para transformar a realidade que motivou, em outubro de 2023, o reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da violação massiva dos direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro, por meio do julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 347.

“Temos o compromisso de aprimorar essa situação, em parte pelo dever de respeitar os direitos humanos daquelas pessoas que foram condenadas à privação da liberdade, e não a viver de forma precária ou sofrer violências de todo o tipo”, discursou o ministro Barroso, na solenidade de assinatura da portaria conjunta. “É muito importante investir energia no sistema prisional para diminuir o grau de reincidência, para que as pessoas possam se ressocializar e para que o sistema prisional não seja o escritório do crime e de preparação para futuros criminosos”, completou.

[Matéria veiculada em 16/04/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: CNJ.](#)

# Lewandowski propõe incluir Sistema Único de Segurança na Constituição



O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, defendeu nesta segunda-feira (20) a inclusão do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) na Constituição. “Para promovermos uma integração, para fazermos aquilo que o [ex] Presidente Michel Temer concebeu, mas por meio de lei ordinária, mas constitucionalizar esse sistema, fazer um SUSP constitucional à moda do SUS [Sistema Único de Saúde]”, disse ao participar de um encontro com empresários na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Lewandowski fez referência à lei que criou, em 2018, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). A partir da legislação, a União passou a destinar recursos para apoiar ações de segurança pública nos estados e municípios.

Para o ministro, é preciso incluir o SUSP na Constituição para que haja uma verdadeira integração nos trabalhos dos diferentes órgãos que cuidam da segurança. “A nossa Constituição, penso eu, ela ainda está muito voltada para essa visão do crime cometido localmente”, enfatizou durante a apresentação. O Ministro defende que é necessário melhorar a articulação entre os órgãos envolvidos especialmente para combater o crime organizado que age internacionalmente e virtualmente.

Entre as mudanças no texto constitucional que propõe, Lewandowski destacou ainda a ampliação das atribuições da Polícia Federal. “Para que possa, de forma mais eficiente, combater o crime organizado e, eventualmente, estar presente nas áreas de reserva ambiental, inclusive reservas indígenas”, disse.

[Matéria veiculada em 20/05/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: AGENCIABRASIL.](#)



# PUBLICADA LEI Nº 14.727 DE 28 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a transação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, nas hipóteses que especifica.

Em 29 de maio de 2024 foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia a Lei 14.727 que estabelece os requisitos e condições para a realização de transações de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa. A lei visa prevenir ou terminar litígios relativos à cobrança desses créditos e tem como principal objetivo permitir que o Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), celebre transações para resolver litígios relacionados à cobrança de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa.

As transações deverão pautar-se no atendimento aos princípios da capacidade contributiva, isonomia, legalidade, impessoalidade, celeridade, eficiência, supremacia do interesse público, transparência, moralidade, razoável duração dos processos e, resguardadas as informações protegidas por sigilo, princípio da publicidade, sem prejuízo dos demais princípios de direito público que norteiam a atividade estatal.

O texto legal pode ser acessado, na íntegra, através do portal de Legislação do Estado da Bahia - Casa Civil, por meio do link abaixo:

[Lei 14.727, de 28 de maio de 2024 - Texto integral](#)

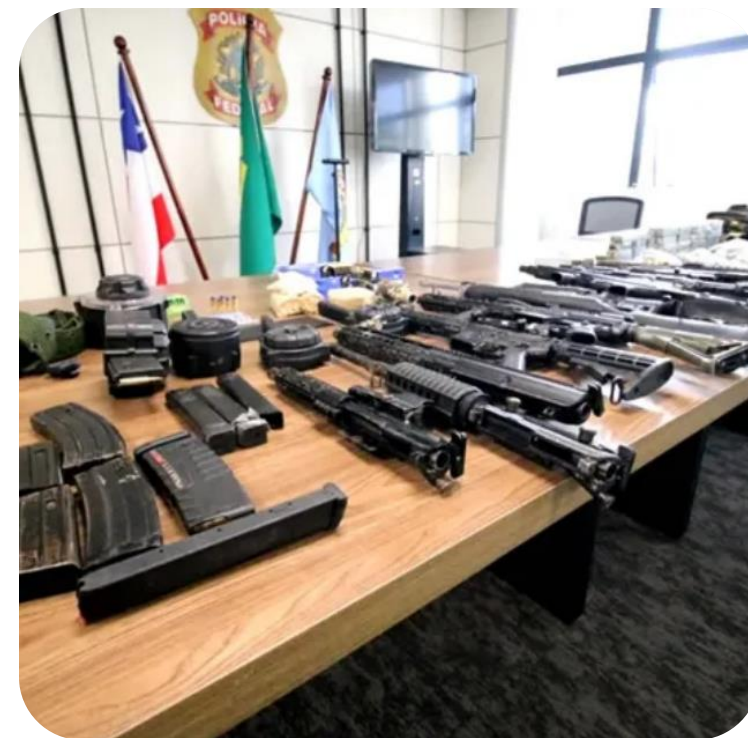
## Polícia baiana apreendeu 17 armas por dia e 26 fuzis em 2024

*Mais de 2,6 mil armas foram apreendidas no período*

A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) apresentou o balanço que compara os dados da pasta entre os meses de janeiro a maio de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado. Nos números apresentados, nesta segunda-feira, 10, é possível constatar que houve um aumento de 20,3% no número de apreensões.

Em números concretos, foram apreendidas 2.639 armas, uma média de 17 armas por dia. Em 2023, no mesmo período, foram apreendidas 2.193 armas.

Do total apreendido em 2024, as forças policiais tiraram de circulação 26 fuzis. O primeiro deles foi apreendido no dia 08 de janeiro, em operação realizada pelas Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), em Juazeiro. A última apreensão ocorreu por equipes da FICCO e CIPE Litoral Norte, na cidade de Entre Rios, no interior do Estado, com um líder de facção, no último domingo, 9.



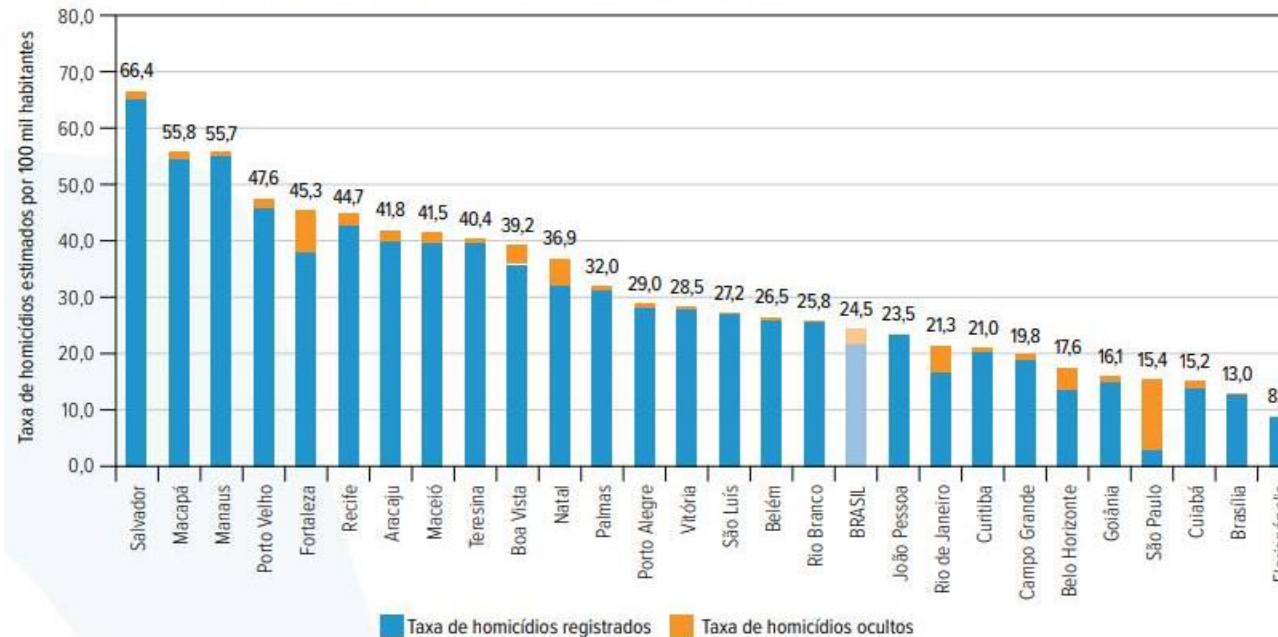
# Atlas da Violência: Salvador é a capital mais violenta do país; Bahia lidera ranking de estados

Salvador é a capital mais violenta do Brasil, aponta estimativa do Atlas da Violência 2024, divulgado nesta terça-feira (18/6), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2022, a capital baiana, de acordo com o estudo, registrou 66,4 assassinatos a cada 100 mil habitantes, superando a média nacional, que é de 24,5. Naquele ano, ocorreram 1.605 mortes violentas na cidade. Além disso, as cinco cidades mais violentas do país ficam na Bahia, que é o estado com maior taxa de homicídios do Brasil.

Em números absolutos de homicídios, ou seja, sem considerar a proporção de mortes por habitantes, Salvador, com população de 2,4 milhões, perde apenas para São Paulo, que tem 11,5 milhões de moradores: na capital paulista, foram registrados 1.762 de assassinatos em 2022, totalizando 157 mortes a mais do que no município baiano.

Em relação ao país como um todo, a cidade mais violenta é Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo Baiano, com 94,1 mil assassinatos a cada 100 mil habitantes. Na sequência, vem Jequié (91,9), Simões Filho (81,2), Camaçari (76,6) e Juazeiro (72,3). Dentre os 20 municípios mais violentos do país, 11 estão na Bahia.

Capitais brasileiras: Taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes (2022)



Matéria veiculada em 18/06/2024  
 Notícia adaptada. Fonte: ARATU ON.



# A PRF sediou em Salvador (BA) o 3º encontro do Grupo de Trabalho para estabelecer a Diretriz Nacional de Uso da Força na Segurança Pública.



Entre os dias 17 e 19 de junho, a cidade de Salvador sediou a 3ª reunião do Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração de uma política nacional sobre o uso da força. O evento aconteceu na sede da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Bahia e no Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar da Bahia.

O GT foi instituído pela Portaria SENASP/MJSP nº 556, de 8 de janeiro de 2024, com o objetivo de desenvolver propostas normativas para atualizar a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, e regulamentar a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, que tratam do uso da força pelos profissionais de Segurança Pública.

Participaram do encontro representantes de 20 (vinte) instituições, incluindo:

- Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP);
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC);
- Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN);
- Polícia Federal (PF);
- Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (CONSESP);
- Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares (CNCG);
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime no Brasil (UNODC);
- Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE);
- Associação dos Guardas Municipais do Brasil (AGM);
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP);
- Delegação Regional para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai do Comitê internacional da Cruz Vermelha;
- Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (DFNSP/SENASP/MJSP);
- Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (DSUSP/SENASP/MJSP);
- Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU);
- Ministério da Igualdade Racial (MIR);
- Polícia Rodoviária Federal (PRF);
- Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública
- Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC);
- Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
- Instituto Sou da Paz;
- Conselho Nacional das Guardas Municipais (CNGM).

Durante o encontro, os membros do GT debateram os objetivos gerais e específicos a serem atingidos, a metodologia a ser utilizada e os principais pontos das normativas que precisam de atualização. O grupo tem um prazo de 180 dias para finalizar as atividades, podendo ser estendido por igual período, mediante justificativa fundamentada [...]

# São Pedro no Parque de Exposições termina sem registro de crime grave



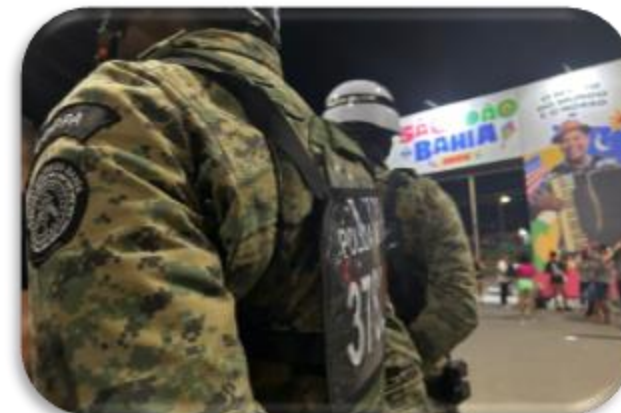
Equipes das Polícias Civil, Militar e Técnica, além dos Bombeiros atuam nas áreas interna e externa do evento.

Nenhum crime grave contra a vida foi registrado na primeira noite de celebração ao São Pedro, no Parque de Exposições, na capital baiana. O evento foi encerrado na madrugada deste sábado (29).

Guarnições da Polícia Militar, através do Comando Regional de Policiamento Atlântica (CPR – A), e unidades especializadas patrulham na festa. Equipes do Corpo de Bombeiros realizam atendimentos e ações preventivas.

Um Posto Avançado do Departamento de Polícia Técnica e uma Delegacia Especial de Área da Polícia Civil garantem atendimento célere de ocorrências na área da festa.

Durante toda a noite foram computados 14 furtos e duas posses de drogas.



[Matéria veiculada em 29/06/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: SSP BA](#)

# Brasil e Portugal assinam declaração de cooperação na área de segurança pública

Lewandowski e ministra da Administração Interna de Portugal tiveram encontro em Lisboa

Brasília, 1º/07/2024 – O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e a ministra da Administração Interna de Portugal, Margarida Blasco, assinaram uma declaração para reforçar a cooperação na área de segurança pública nesta segunda-feira (1º), em Lisboa.

O objetivo é manter e ampliar as ações conjuntas que já são realizadas pelos dois países para prevenir e lutar contra as diferentes formas de criminalidade.

O documento “Declaração conjunta relativa ao reforço da cooperação no domínio da administração interna e da segurança pública” prevê três modalidades de atuação: reforço da cooperação em matéria de segurança e ordem pública; intensificação da prevenção e da luta contra as diferentes formas de criminalidade; e desenvolvimento da cooperação no domínio da segurança rodoviária.



Entre os principais objetivos estão a prevenção e combate à violência contra as mulheres e comunidades vulneráveis; trânsito e destino de produtos ilícitos e de fluxos criminosos; cibercriminalidade; e tráfico de drogas. Outro foco das ações será promover estratégias para a redução de acidentes nas estradas.

No acordo, os ministros reafirmam a necessidade de troca de experiências e de boas práticas entre as unidades de segurança pública dos países, além da realização de formação e treinamentos em conjunto.

Lewandowski e Margarida também determinaram que suas equipes técnicas desenvolvam, até o fim deste ano, um plano de ação, com a previsão de medidas concretas, voltado ao combate ao crime organizado transnacional.

[Matéria veiculada em 01/07/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: GOV.BR](#)



## Werner: "Hoje temos mais de 1.300 câmeras em funcionamento no estado"

Secretário explicou uso de equipamento corporal de policiais militares e descriminalização da maconha



O secretário Marcelo Werner, da Secretaria de Segurança Pública, afirmou que mais de 1.300 câmeras corporais já estão em uso pelo efetivo policial no estado. Segundo ele, o equipamento traz mais transparência para a ação dos militares e para a população.

"A gente fez um primeiro saque da nossa licitação, de 1.110 câmeras, tínhamos mais 200, ou seja, hoje temos mais de 1.300 câmeras em funcionamento no estado. A gente vem trabalhando ainda mais para aumentar a utilização da câmera, A gente destaca que a câmera é uma proteção individual do policial. Além disso traz transparência a ação policial, à população e ao policial. E além disso faz com que nossos policiais cada vez melhore a sua capacitação e também como meio de prova. A gente tem planos para levar isso para todo o interior do estado", afirmou.

Werner também falou sobre a decisão do STF de descriminalizar o porte de maconha. "A gente não questiona legislação e nem decisão do Supremo, ele é soberano. A gente vai orientar as forças de segurança a partir do trânsito em julgado. Por outro lado, independe da decisão do Supremo, a gente vai fazer o combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas. Eles são os grandes responsáveis pela violência em nosso estado", pontuou.

[Matéria veiculada em 02/07/2024](#)  
[Notícia adaptada. Fonte: A TARDE](#)

# Expediente

índice

Procurador-Geral de Justiça  
Pedro Maia Souza Marques

**CEOSP**

Coordenador – Promotor de Justiça  
Hugo Casciano de Sant Anna

Equipe

Alessjose Santos Berto – Analista Técnica – Serviço Social  
Carolina Arruda SaintClair da Silveira – Assistente Técnico - Administrativo  
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo  
Janaína Alvarez de Araújo – Analista Técnica – Psicologia  
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração  
Lucca Nascimento e Nascimento – Assessor Técnico – Jurídico  
Miguel Urpia Nascimento – Estagiário de Nível Médio  
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo  
Sandra Andrade Santos – Assistente Técnico - Administrativo  
Suziane Souza do Nascimento – Analista Técnica - Pedagogia

✉ [ceosp@mpba.mp.br](mailto:ceosp@mpba.mp.br)

📞 71 3103-0381

📞 71 3103-0382

📞 71 3103-0383



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA – MPBA  
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA  
SOCIAL - CEOSP  
5ª Avenida, nº 750, sala 129, CAB – Salvador, BA – Brasil – CEP 41.745-004